A 12ª Sessão
13.3.2014 Leixões

Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R., Dr. José Viana Verde,
Deputado Vereza Ocaso
4.02.2014

Agostinha Borges

Assunto: FW: HUMILDADE | GENEROSIDADE | ÉTICA | ÉTICA | ÉTICA | RESPEITO | RESPEITO | RESPEITO | TRANSPARÊNCIA | TRANSPARÊNCIA | TRANSPARÊNCIA | SINAIS | EXEMPLO - DAR NÃO DÓI
Anexos: PETIÇÃO PdAdR 5X2014.pdf; DAR NÃO DÓI NADA.pdf

De: Paulo Jorge Figueiredo [mailto:]
Enviada: quinta-feira, 23 de Janeiro de 2014 20:04
Para: GABPAR Correio
Cc: secretariado@sg.pcm.gov.pt; Belem; gab.presidente@tribconstitucional.pt; STJ - Presidente; STJ - MP; mailpgr@pgr.pt; provedor@provedor-jus.pt; gabinete.ministro@mj.gov.pt; cons.geral@cg.aa.pt; geral@eapn.pt; Direcção GPPSD; Grupo Parlamentar PS; Grupo Parlamentar CDS-PP; Grupo Parlamentar do PCP; Bloco de Esquerda; Grupo Parlamentar Os Verdes; sede@cofina.pt; atendimento@sic.pt; director@expresso.impresa.pt; relacoes.publicas@tvi.pt; correio.leitores@ionline.pt; geral@tcontas.pt; CES - Geral; STA; AIP | CCI; AEP; PSP; GNR; R Cais; C Cais; CAIS; CI Cais | Cord; CI Cais | GP; LUSA; J Esquento | Moç; S Agora | Ang; J Expansão | Ang; África Monitor Intelligence; S Angolense | Ang; O País | Ang; Patriarcado | Lx; CIP; Transparency International Portugal; CCP; Comunidade Islâmica de Lisboa; Conf Episcopal Portuguesa; RTP
Assunto: HUMILDADE | GENEROSIDADE | ÉTICA | ÉTICA | ÉTICA | RESPEITO | RESPEITO | RESPEITO | TRANSPARÊNCIA | TRANSPARÊNCIA | TRANSPARÊNCIA | SINAIS | EXEMPLO - DAR NÃO DÓI

PETIÇÃO PdAdR 5X2014

Assembleia da República Gabinete da Presidente
Nº de Entrada <u>48603</u>
Classificação <u>1501</u>
Data <u>24.01.2014</u>

PETIÇÃO Nº 3483/XII/3^A

VIA MAIL

URGENTE

Paulo Jorge Santos Figueiredo

Tlm.:

E-mail:

N.I.F.:

C.C.:

Arquiteto

Voluntário / Apoio – Sem-Abrigo

Rio de Mouro, 23 de Janeiro de 2014

Assunto: PETIÇÃO INDIVIDUAL PdAdR 5X2014 - HUMILDADE | GENEROSIDADE | ÉTICA |
ÉTICA | ÉTICA | RESPEITO | RESPEITO | RESPEITO | TRANSPARÊNCIA |
TRANSPARÊNCIA | TRANSPARÊNCIA | SINAIS | EXEMPLO - DAR NÃO DÓI

Exmos. Senhores

Junto se anexam dois ficheiros, para os efeitos tidos por convenientes.

Com os mais respeitosos cumprimentos,

Paulo Figueiredo

PETIÇÃO PdAdR 5X2014

VIA MAIL

URGENTE

Paulo Jorge Santos Figueiredo

Tlm.:
E-mail:

N.I.F.:
C.C.:

Arquiteto
Voluntário / Apoio – Sem-Abrigo

Para:

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

Cc:

Exmo. Senhor Presidente da República
Exmo. Senhor Primeiro-Ministro | Governo de Portugal
Exmo. Senhor Presidente do Tribunal Constitucional
Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
Exmo. Senhor Alto Dignitário do MP - STJ
Exmo. Senhor Presidente do Tribunal da Relação
Exma. Senhora Procuradora-Geral da República
Exmo. Senhor Provedor de Justiça
Exma. Senhora Ministra da Justiça
Exma. Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados
Exmo. Senhor Padre Jardim Moreira / EAPN

Grupos Parlamentares

Orgãos de Comunicação Social

Diversos

Bcc: Outros

Rio de Mouro, 23 de Janeiro de 2014

Assunto: PETIÇÃO INDIVIDUAL PdAdR 5X2014 – HUMILDADE |
GENEROSIDADE | ÉTICA | ÉTICA | ÉTICA |
RESPEITO | RESPEITO | RESPEITO | TRANSPARÊNCIA |
TRANSPARÊNCIA | TRANSPARÊNCIA | SINAIS | EXEMPLO -
DAR NÃO DÓI

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

Venho pela presente petição individual, no pleno uso dos meus direitos cívicos, tendo por referência o disposto no Artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, bem como na legislação que regula e garante o Exercício do Direito de Petição, designadamente a Lei nº 43/90 de 10 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6/93 de 1 de Março, Lei nº 15/2003 de 4 de Junho, e Lei nº 45/2007 de 24 de Agosto, e outras que se entenda como necessárias e adequadas aos fins em vista, solicitar a V. Exa., que se digne proceder a todos os actos legais e processuais para os efeitos pretendidos.

PREÂMBULO E FUNDAMENTOS

A presente petição, tem por pressupostos as seguintes ideias.

O ato de GOVERNAR, pode ser considerada uma das mais NOBRES ARTES, quando levada à prática com o mais rigoroso sentido de ÉTICA, para além de muitos outros PRINCÍPIOS e VALORES essenciais, com espírito de MISSÃO, no mais genuíno sentido da palavra, sabendo à partida que os lugares ocupados pelos políticos não são eternos nem deles, podendo ou devendo a todo o tempo deixar os mesmos.

Tal é determinante para todos nós, POVO PORTUGUÊS em sentido amplo, que merecemos RESPEITO, e ser tratados com a DIGNIDADE a que temos direito.

Somos nós que pagamos os seus ordenados e mordomias. Temos também por isso direito a uma POSTURA e RETIDÃO a vários níveis, compatíveis com essas situações.

Sentimos que não somos donos do nosso futuro nem sequer do nosso destino, e que temos relativamente aos GOVERNANTES uma sensação de INFERIORIDADE perante a ilusória e supostamente inquestionável SUPERIORIDADE deles.

A HUMILDADE e a GENEROSIDADE, parecem ser das muitas valiosas palavras / qualidades, ausentes das características de muitos dos nossos políticos. Alguém se lembrará de quantos políticos, que se possuindo meios financeiros suficientes, se propusesse desenvolver a sua atividade a favor dos seus CONCIDADÃOS, de forma GRATUITA, no mais PURO regime de VOLUNTARIADO? A HUMILDADE de um político, pode ser avaliada pela PEQUENEZ com que se apresenta, e aí sim ser visto com GRANDEZA, sem nunca a reivindicar. E do seu EXEMPLO transmitir-se-ão SINAIS para os demais. E se nós gostamos que nos dêem bons EXEMPLOS!

A GENEROSIDADE e espírito de PARTILHA, pode evidenciar-se de modo muito simples, por exemplo não requerendo para si vencimentos e mordomias de falsos deuses ou ingratos messias, excessivas para o comum dos mortais, mas entregando-se de CORPO e ALMA à sua função, sem VAIDADES TOLAS, mas só com a BONDOSA VAIDADE de SERVIR. E para isso NÃO SERVIR outros INTERESSES, a que título for, mas mantendo a sua TRANSPARÊNCIA, não acumulando as suas funções com outras que poderiam servir para dar TRABALHO a tanto desempregado que infelizmente por aí há no PAÍS por eles governado (?), e não

criando FORTES SUSPEITAS de PROMISCUIDADES diversas. De vez em quando vem-se a saber de ligações a grandes empreiteiros, bancos, grandes escritórios de advogados, por vezes cruzados com estranhas instituições para-secretas de natureza MAÇÓNICA. Onde começa o BEM e acaba o MAL? Saberão muitos deles os limites? Nós temos muita dificuldade em destrinçar, tal a complexidade das situações, ligações entre personagens e instituições de natureza diversa, tipos e sedes em que orbitam patrimónios diversos, por exemplo *off-shores*, parecendo impossível conhecer com um mínimo de profundidade os tentáculos de "polvos" muito amplos. Desde décadas a esta parte, que se vem sabendo de situações de enriquecimento sem fundamento plausível, e por vezes até de património de diversa natureza em nome de familiares sem justificação que se entenda com um mínimo de TRANSPARÊNCIA. E poderão ser esses casos apenas a ponta do *iceberg*? Saberão todos esses o que significa a palavra VERGONHA? Ou melhor A FALTA DELA?

À MULHER DE CÉSAR, NÃO BASTA SÊ-LO. É PRECISO PARECÊ-LO!

Fortemente abalada a CONFIANÇA, lá se vai a ESPERANÇA num futuro melhor. Já não há lugar para o SONHO, e quando este já não existe, de pouco serve EXISTIR. Do NÍVEL positivo, passa-se rapidamente para o negativo, numa rampa descendente em ritmo acelerado que só poderá acabar num mau FIM.

E tudo se torna pior, quando se procura o EXEMPLO que devia vir de cima, e este não ousa aparecer em grande parte das vezes. Já não há sequer SINAIS VITAIS. **SERÁ MESMO O FIM! O CAOS!** Em que alguém nos afundou sem sermos dele responsáveis. **HAJA CLARA VONTADE DE MUDAR! PARA MELHOR! NÓS MERECEMOS!**

Não queremos também que se confundam os BONS com os MAUS. E até pelo BOM NOME dos primeiros, importa haver um RIGOR e TRANSPARÊNCIA tão amplos quanto possível. E até porque QUEM MUITO SE ESCONDE, É PORQUE CERTAMENTE TEM MUITO A ESCONDER. E NÓS NÃO GOSTAMOS. GOSTAMOS E TEMOS DIREITO À VERDADE. SEJA ELA QUAL FOR. OS POLÍTICOS SÓ EXISTEM PORQUE NÓS EXISTIMOS. E É EM NÓS, QUE LHE PAGAMOS PARA NOS SERVIREM COM LEALDADE E COMPETÊNCIA, QUE ELES DEVEM PENSAR O TEMPO TODO. COM TRANSPARÊNCIA.

Os assuntos concretos que importam de forma mais imediata nesta petição, decorrem justamente do tipo de situações e valores referidos.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Os objetivos desta petição, decorrem diretamente do referido e questionado anteriormente, bem como o que dali se entende como claramente implícito.

È de notar que já existe enquadramento legal e normativo aplicável, entre outros, aos titulares de cargos políticos. Mas é de salientar que as realidades que de quando em vez são do conhecimento geral, fazem crer numa complexidade acrescida de situações que importa tentar evitar a todo o custo, expondo com um máximo de TRANSPARÊNCIA, todo o leque de conhecimentos sobre as relações remuneratórias dos titulares de cargos políticos com terceiros, do seu património de diverso tipo, bem

como de um certo nível de ligações familiares mais próximos, e exposto de forma muito assecível ao POVO PORTUGUÊS.

Face a tudo isto, propõe-se numa primeira fase, e de forma mais imediata o seguinte:

- que todas as informações relativas às práticas abaixo mencionadas, sejam colocadas on-line, de acesso FÁCIL E DIRETO a qualquer CIDADÃO, imperterivelmente até dia 30 de Junho de 2014, pelo que os titulares de cargos políticos em questão, terão que apresentar obrigatoriamente até dia 30 de Abril deste ano, em serviço a decidir conjuntamente até ao último dia do próximo mês de Fevereiro, pelos Exmos. Senhores Presidente do Tribunal Constitucional, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Procuradora-Geral da República e Presidente da Assembleia da República, e que passará a gerir, controlar, atualizar e colocar on-line estas informações, repetindo-se os dois primeiros prazos nos anos posteriores;
- que até ao dia 31 de Março de 2014, fiquem em regime de total exclusividade para o desempenho dos lugares políticos e que ainda não estejam, e portanto sem qualquer relação remuneratória direta ou indireta com terceiros singulares ou coletivos, o Exmo. Presidente da República, a Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República, todos os membros do governo, desde o Exmo. Senhor Primeiro-Ministro, a todo e qualquer Sub-Secretário de Estado, bem como todos os Exmos. Senhores Deputados;
- que até ao já referido dia 30 de Junho de 2014, toda e qualquer informação relativa a relações remuneratórias dos atrás mencionados ou subentendidos, ocorridas durante todo o ano de 2013, seja igualmente colocada on-line, nas mesmas condições já aludidas, identificando os terceiros singulares e coletivos com que se relacionaram, tipo de vínculo, breve mas elucidativa descrição do(s) trabalho(s) desenvolvido(s), e valores remuneratórios respetivos;
- que até esta última data, e atualizada ano a ano até este dia, sejam também colocadas on-line, e nas mesmas condições, todas as informações relativas aos titulares de cargos políticos mencionados e subentendidos, seus cônjuges, pais de ambos e filhos e seus cônjuges, designadamente de todos os rendimentos recebidos e sua proveniência, de todo o seu património imobiliário, mobiliário, incluindo tanto os sediados território nacional, estrangeiro, incluindo *off-shores* ou similares, participações sociais, seguros-poupança de natureza diversa, entre outros, viaturas motorizadas e não motorizadas; será obrigatória a identificação enquanto maçon, e a qual das maçonarias e loja respetiva pertence;
- verificada qualquer falha das informações acima mencionadas, será imputado ao visado em falta e por cada uma delas, uma penalização mínima de 50.000,00€, acrescida de juros calculados ao mês de 2%, a reverter para a(s) entidade(s) pública(s) a definir pelo grupo de trabalho abaixo referido, sendo os valores sucessivamente duplicados a cada reincidência;
- que com início em 1 de Julho deste ano, passe a funcionar um grupo de trabalho alargado, com dois elementos, um de cada uma das magistraturas, eventualmente jubilados ou em situação similar, nomeados pelo Exmo. Senhor

Presidente do Tribunal Constitucional, outros dois em situação idêntica, pelo Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, igualmente pela Exma. Senhora Procuradora-Geral da República, e ainda dois elementos não magistrados, que farão declaração escrita obrigatória, de não pertencer a qualquer partido ou maçonaria, a escolher pela Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República;

- este grupo de trabalho, terá por missão, além da já acima referida, alargar o âmbito deste tipo de propostas a outros titulares de cargos políticos, por exemplo ao nível do poder local, administradores de institutos públicos, empresas públicas de todos os tipos e níveis de poder, e outros organismos a que achem por bem aplicar as mesmas ou outras regras, tendo em vista o espírito desta petição.

Sem outro assunto de momento,
com os mais respeitosos cumprimentos,
Paulo Figueiredo

DÊ ! VAI VER QUE NÃO DÓI NADA!

APOIO AOS SEM-ABRIGO E OUTROS GRUPOS DE GRANDE FRAGILIDADE SOCIO-ECONÓMICA (SEM EUFEMISMOS, POBRES)

Agradeço, em nome de um grupo de voluntários de apoio aos sem-abrigo de que faço parte, que todos aqueles, particularmente os que morem não longe de mim (Serra das Minas, freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra ou envolventes, mas não só, podendo ir mais longe desde que a quantidade justifique) e que tenham para dar roupa, tanto fresca como quente, roupa interior, calçado, sacos cama, edredons, mantas, cobertores, gorros, cachecois, entre outros, para homem, mulher e criança, contatem comigo para os contatos abaixo, para agendar encontro para ir buscar. Interessa tanto para o tempo frio – para cá é mais necessário e urgente, sendo os sem-abrigo cada vez mais – como para o tempo quente – para cá, para Cabo Verde (Mindelo, ilha de São Vicente), e para São Tomé e Príncipe, país este onde é apoiada uma faixa importante da população. Alerta-se para o facto de uma entidade que tem espalhado em muitas zonas contentores para recepção de roupa usada, ter três lojas de venda de roupa em Lisboa: uma na Av. Columbano Bordalo Pinheiro (do lado mais próximo da Praça de Espanha) e outras duas na Av. Almirante Reis. Nós somos dos únicos grupos que distribuimos roupa e calçado. Por outro lado, e porque também somos dos poucos grupos que distribui este tipo de artigos, ficamos muito agradecidos se puderem fornecer artigos de higiene diversificados para os fazer chegar a quem mais precisa. Pedimos ainda mochilas e outros que possibilitem guardar e transportar os seus pertences, de preferência com rodas.

Quando houver na proximidade contentores da Cáritas Diocesana, poderão utilizar os mesmos. A quem for viável fornecer-nos pacotes de leite com chocolate pequenos, doces e salgados preferencialmente embalados, alimentos que oferecemos quando temos, serão muitos bem recebidos.

Tudo o que fornecemos aos sem-abrigo, é inteiramente gratuito para os mesmos, e tudo o que nos dão, chega a quem mais precisa.

Acreditem que a vida dos sem-abrigo e outros elementos vulneráveis da nossa população é mesmo muito difícil. E dar não dói mesmo nada!

Antecipadamente gratos,

e com os melhores cumprimentos,

Paulo Jorge Santos Figueiredo – voluntário (tlm.: 93 62 12345; e-mail: paulonet.private@gmail.com)

Assunto:	Pretende que as condições remuneratórias dos titulares de cargos políticos sejam transparentes e publicitadas e que sejam criadas coimas para os que não respeitarem essas obrigações, sugerindo que a PAR crie um grupo de trabalho, com composição mista (magistrados e cidadãos independentes) que crie regras nesta matéria
Informação Sobre a Petição	O objeto da petição está definido e já se encontra parcialmente preenchido, visto que, quer a Lei nº 38/2010, de 2 de Setembro, que alterou o regime do controlo público da riqueza dos titulares dos cargos políticos, quer o Estatuto dos Deputados, contempla diversas regras que se destinam a garantir a transparência das condições remuneratórias não só dos titulares de cargos políticos, como também dos titulares de altos cargos públicos. Sugere-se, assim, a remessa da petição à 12ª comissão que, para além de competente nesta matéria, tem à sua guarda os registos de interesses de deputados e membros do Governo, publicando-os online.
Sugestão de Despacho:	Sugere-se a baixa à 12ª Comissão (Ética, Cidadania e Comunicação)

2014-02-26

DSATS